

PROGESTÃO

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

III Seminário de Avaliação

Roteiro preenchido – Bahia



3 e 4 de maio de 2018



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



VISÃO GERAL DO PROGRAMA

NO ESTADO DA BAHIA

VISÃO GERAL DO PROGRAMA

- A realização das oficinas de planejamento e acompanhamento coordenadas pela ANA auxiliam no cumprimento de metas pelo estado? Alguma sugestão para aperfeiçoar este procedimento?

Sim, no início do programa, em especial as metas de cooperação federativa, o acompanhamento das coordenações foi importante para entender como as metas estavam estruturadas e por conseguinte o atendimento das mesmas, no caso específico da Bahia, com relação às metas: 1.1 – Integração dos dados de usuários de recursos hídricos; 1.2 – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas; e 1.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos.

As oficinas de planejamento promovem um importante momento de discussão sobre a gestão dos recursos hídricos de modo mais integrado, o que permite que todos os envolvidos no programa tenham conhecimento dos diversos estágios de desenvolvimento das suas diversas metas (de cooperação federativa e estaduais), que estão espalhadas por diversas diretorias do órgão gestor, bem como da Secretaria de Meio Ambiente. Isto tem permitido uma maior integração das áreas afins.

A estruturação proposta no Progestão 1 atendeu às demandas do Estado, não havendo sugestões para seu aprimoramento.

VISÃO GERAL DO PROGRAMA

- E quanto aos procedimentos administrativos adotados para a certificação das metas (Informes Progestão, e-mails, reuniões)? São suficientes e adequados? Alguma sugestão?

O Estado tem conseguido atender as metas sem dificuldades, no caso dos procedimentos administrativos, pela clareza dos Informes e o apoio que é dado pela equipe de acompanhamento do programa.

- O quadro de pessoal no seu estado é adequado para fazer frente aos desafios colocados para a consecução das metas do Programa? Há previsão de alguma alteração nesta situação?

O quadro pessoal em geral nunca é o satisfatório para o atendimento das demandas do órgão. Com relação às metas do programas, existe uma considerável deficiência de pessoal na área de outorga, planos e enquadramento, e de cadastro de usuários. Há ações pontuais como a contratação de consultores para auxiliarem o Núcleo de Outorga (NOUT) e desenvolvimento de ferramentas computacionais para agilizar o processo, na coordenação de cadastro também, contudo não são previstas ações mais efetivas como concurso, a curto prazo, para alteração do quadro atual.

VISÃO GERAL DO PROGRAMA

- E quanto à estrutura física para funcionamento da entidade estadual? É considerada adequada? Alguma previsão ou planejamento para sua melhoria?

A estrutura do órgão é satisfatória, além da sede em Salvador que conta com boa infraestrutura tecnológica e de logística, conta com 9 unidades regionais e mais 4 postos avançados, todos equipados e com veículos, em alguns destes barcos, localizados nas principais bacias hidrográficas do Estado.

- No seu estado, os recursos financeiros aportados pelo Programa impactam significativamente em relação ao orçamento para a gestão de recursos hídricos estadual?

Levando em consideração a receita do Inema, o valor monetário do Progestão não é significativo, contudo em virtude da sua facilidade em se utilizar, ele propicia ganhos significativos na execução de tarefas importantes para o órgão. O mais importante é a vinculação a gosto com a Política de Recursos Hídricos, já que funcionamos em uma instituição responsável pela execução de várias políticas públicas.

- Quais os desafios para a aplicação dos recursos do Progestão no estado?

Até o momento não houve dificuldades em utilizar os recursos do Programa.

VISÃO GERAL DO PROGRAMA

- O envolvimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos na aprovação das metas estaduais tem sido satisfatório? Há avanços necessários neste aspecto? Alguma sugestão?

Sim, podemos dizer que mais que satisfatório. Além do envolvimento da plenária, há a análise de todas as metas estaduais além de informes das federativas pela Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos que emite um parecer sobre o atendimento das metas e questionamentos das mesmas para embasar o Conselho Estadual na sua deliberação das metas estaduais. Além disto quando há a certificação pela ANA das metas do Programa, é feito um novo informe ao Conselho sobre a certificação e discutido as metas que não atingiram sua totalidade, caso haja, para que se possa corrigi-la.

No caso especial da Bahia, a partir das metas federativas e estaduais do Progestão , foi criado um grupo de trabalho no CONERH para avaliar o estágio da evolução e os gargalos encontrados na gestão de recursos hídricos do estado.

- Os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos se somam ao do Progestão e a outros para garantir a sustentabilidade financeira da gestão estadual de recursos hídricos?

Não. Apesar da Bahia possuir seu Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERHBA) estruturado, o mesmo nunca teve aporte financeiro, estando inoperante.

VISÃO GERAL DO PROGRAMA

- Apresentar opinião geral sobre o Progestão que considerar pertinente.

O Programa é um ganho para a gestão dos recursos hídricos do Estado pois permite visualizar todo o sistema envolvido no seu processo: a implementação dos instrumentos da Política de Recursos Hídricos; o arcabouço legal do Estado e se o mesmo está a contento para o desenvolvimento efetivo da Política; a estrutura dos órgão envolvidos no sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, sua articulação e sombreamento; planejamento para o desenvolvimento de suas ações e obrigações; o desenvolvimento de informações e ferramentas de suporte ao gerenciamento; e se suas demandas operacionais estão sendo atendidas e em qual nível.

Permite ao sistema integrar os técnicos das diversas áreas de atuação para planejem melhor e de maneira integrada o desenvolvimento das ações relacionadas ao sistema de gerenciamento dos recursos hídricos.

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

Dentre as metas de cooperação federativa (CNARH; Água Subterrânea; Conjuntura; Transmissão dos Dados; Sala de Situação – produção de boletins e Segurança de Barragens) elencar, em **ordem decrescente** de intensidade, aquelas consideradas de **maior desafio** para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA	PRINCIPAIS DESAFIOS LIGADOS ÀS METAS	FORMAS DE SUPERAÇÃO
1 - Integração dos dados de usuários de recursos hídricos	Não tinha um sistema que disponibilizasse os cadastro de usuários para o CNARH, bem como possuía vários banco de dados com os usuários regulares, e que permitiam usuários repetidos.	Foi adotado o CNARH 40 pelo Estado, compatibilizando as informações e eliminado a duplicidade de cadastros.
2 - Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Idem.	Idem.
3 - Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Problemas no manual operativo da Sala de Situação e discordâncias com a ANA sobre as PCDs que estavam sobre responsabilidade do Inema.	O Manual foi atualizado atendendo às demandas da ANA. Reuniões técnicas entre a coordenação responsável pela meta e o Inema dirimiram a questão.

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

- Os critérios para certificação das metas de cooperação federativa estabelecidos no Contrato e realçados nos Informes são considerados objetivos e adequados?

Em parte sim.

- Justifique.

As metas de cooperação federativa estão mais atreladas à geração de informação. Poderia haver metas relacionadas à gestão, ligadas a instrumentos de gestão e ao sistema de gerenciamento, em especial nas unidades da federação que possuem rios federais.

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

- O cumprimento das metas de cooperação federativa contribuiu para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado? Por quê?

Sim. Permitiu ao estado adotar um sistema de cadastro único, incentivou a criar um banco de dados de usuários regularizados (outorgados) que absorva todos os outros que funcionavam de maneira independente e integrou as equipes que trabalham com estas metas, otimizando o resultados das mesmas.

- Quais foram os principais avanços no alcance destas metas no estado? Exemplifique.

A criação de um cadastro único de usuários que permitem a outorga, a cobrança e ao setor de planejamento ter em tempo real dados sobre os usuários, demandas e conseqüente oferta de água (entretanto o Sistema precisa ser aperfeiçoado).

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

- Qual a importância de compartilhar informações de recursos hídricos estaduais com a ANA para o fortalecimento do SINGREH?
 - ✓ Permitir a gestão compartilhada dos recursos hídricos;
 - ✓ Promover a articulação entre os órgãos visando promover programas, projetos e ações que visem implementar a Política de Recursos Hídricos, e conseqüentemente a gestão integrada das águas;
 - ✓ Ter conhecimento sobre as fragilidades e potencialidades dos estados na área de gestão dos recursos hídricos e assim propor ações visando a melhoria dos sistemas estaduais de gerenciamento e, por conseqüência, o SINGREH;
 - ✓ Ter um conhecimento geral, mais preciso, das informações e ações desenvolvidas no país sobre o tema.

METAS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

Dentre os blocos das metas estaduais (Legais, institucionais e de articulação social; Planejamento; Informação e suporte e Operacionais) elencar, em **ordem decrescente** de intensidade, aquelas consideradas de **maior desafio** para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.

METAS ESTADUAIS	PRINCIPAIS DESAFIOS LIGADOS ÀS METAS	FORMAS DE SUPERAÇÃO
1 - Planejamento	<p>2.3. Planejamento Estratégico - O INEMA é resultado da fusão do IMA, órgão gestor de Meio Ambiente, e INGA, órgão gestor de recursos hídricos. Ambos possuíam planejamento estratégico estabelecido. Atualmente o INEMA está em processo de reestruturação, inclusive na adequação da estrutura organizacional e competências das áreas. As diretrizes do planejamento estratégico anterior norteiam o arranjo institucional vigente.</p>	<p>Está sendo concluído a reestruturação organizacional e institucional do órgão e seu regimento interno para que se institua o Planejamento Estratégico Institucional do INEMA. Ajustes na estrutura ainda são necessárias para que a Política de Recursos Hídricos tenha mais efetividade.</p>
	<p>2.8. Modelos e Sistemas de Suporte a Decisão - Existem diferentes sistemas no âmbito estadual, mas que não operam de maneira integrada, implicando em necessidade de interferência direta do técnico para lidar com a consistência das diferentes bases de dados e assim evitar redundâncias, para algumas demandas do órgão gestor.</p>	<p>O SEIA (Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos) encontra-se em desenvolvimento e contempla módulos de licenciamento/outorga, cadastro de imóvel rural e cadastro de usuários de água, fiscalização, etc. de maneira integrada. Foi disponibilizado a nova versão do Sistema de Informação Geográfica - SIG Geobahia que consiste em um Modelo Georreferenciado de Gestão Ambiental do Estado da Bahia (GEOBAHIA) através do planejamento, coleta, tratamento, análise, validação e publicação de dados geoespaciais de suporte à gestão dos Recursos Hídricos.</p>

METAS ESTADUAIS

Dentre os blocos das metas estaduais (Legais, institucionais e de articulação social; Planejamento; Informação e suporte e Operacionais) elencar, em **ordem decrescente** de intensidade, aquelas consideradas de **maior desafio** para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.

METAS ESTADUAIS	PRINCIPAIS DESAFIOS LIGADOS ÀS METAS	FORMAS DE SUPERAÇÃO
<p>1 - Planejamento</p>	<p>2.8. Modelos e Sistemas de Suporte a Decisão - Existem diferentes sistemas no âmbito estadual, mas que não operam de maneira integrada, exigindo a interferência direta do técnico para lidar com a consistência das diferentes bases de dados e assim evitar redundâncias, para algumas demandas do OG.</p>	<p>Em fase final de construção o Painel Estadual de Indicadores Ambientais - PEIA, ferramenta de apoio a decisão, que visa sistematizar dados para construção de indicadores ambientais e de recursos hídricos disponibilizá-los em plataforma interativa, a qual permite buscas personalizadas das informações e séries históricas.</p>
<p>2 - Operacionais</p>	<p>4.8. Programas Indutores - Existem alguns programas indutores no Estado, mas não contam com o apoio da administração pública. São de origem espontânea dos usuários e organizações não governamentais.</p>	<p>A Bahia já instituiu a Política e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, faltando sua regulamentação /decreto que está na Casa Civil. Existem um grupo no âmbito governamental, que envolve diversas secretarias de estado, discutindo outras formas de incentivos fiscais (ICMS Ecológico), premiações por boas práticas, etc.</p>

METAS ESTADUAIS

- Os membros do CERH são suficientemente esclarecidos sobre os procedimentos do Programa, incluindo seu papel na certificação das metas estaduais?

Sim. Além das exposições feitas pela equipe técnica da ANA responsável pelo acompanhamento do estado, os técnicos do Inema e seus representantes no CONERH sempre estão relatando ao Conselho o andamento do programa e o papel de cada ente na sua certificação.

- Quais procedimentos o estado vem adotando para que o CERH tenha acesso a informações gerais sobre o Programa?

A SECEX (Secretaria Executiva do CONERH), junto com os técnicos do Inema, fazem apresentações periódicas para a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP) responsável pelo acompanhamento do Progestão no âmbito do CONERH, sobre o andamento do Programa, as metas a serem alcançadas para cada período de certificação, dificuldades encontradas para atendimento das metas, e reuniões específicas sobre determinadas metas solicitadas pela CT, tanto de cooperação federativa como estaduais.

METAS ESTADUAIS

- Estes procedimentos vêm se mostrando adequados? Justifique.

Sim, no início do Programa a certificação ficava exclusivamente na plenária de avaliação das metas, que acabava por se tornar extensa e sem conseguir avaliar de maneira detalhada cada meta estadual e de cooperação federativa - eram apenas relatadas ao Conselho. Na estrutura atual de discussão com a Câmara Técnica, toda o trabalho é apresentado em várias reuniões, que embasa a Câmara a fazer e apresentar um relatório sobre o andamento do Programa e a obtenção das metas ao Conselho Estadual de modo a dar suporte a sua deliberação sobre o atendimento das metas.

METAS ESTADUAIS

- O cumprimento das metas estaduais contribuiu para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado? Por quê?

Sim. Fez com que o órgão gestor adequasse, acelerasse, ou iniciasse a implementação de ações relativas à gestão dos recursos hídricos, voltando a ser o foco de discussão, o qual tinha perdido espaço e objetividade com o processo de unificação, no mesmo órgão gestor, das políticas de meio ambiente e recursos hídricos.

- Quais foram os principais avanços no alcance destas metas no estado? Exemplifique.

A volta do protagonismo da gestão dos recursos hídricos nas ações de planejamento do órgão gestor que vem ampliando e o Progestão possui papel importante neste processo, principalmente quando remete ao Conselho Estadual a aprovação de metas que permitem ao mesmo ter conhecimento mais ampliado sobre a realidade da gestão dos recursos hídricos do Estado.

METAS ESTADUAIS

- Quais foram os principais avanços no alcance destas metas no estado? Exemplifique.
 - ✓ A integração de informações;
 - ✓ Desenvolvimento de programas de capacitação tanto da equipe técnica como de setores de usuários e sociedade civil;
 - ✓ Implementação de um programa de comunicação;
 - ✓ Implantação e efetivação de instrumentos da política de recursos hídricos como os planos de bacias e o enquadramento dos corpos de água e cobrança;
 - ✓ Retomada do planejamento estratégico do órgão e conseqüentemente da sua estruturação;
 - ✓ Integração das diversas áreas do Inema que estão relacionadas aos recursos hídricos e que antes trabalhavam cada uma na sua área específica sem articulação.

CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRAMA

CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRAMA

- Seu estado tem alguma proposta ou sugestão para a melhoria do Progestão?

De modo geral as metas são factíveis de acordo com a tipologia adotada pelo estado e abrange um amplo leque da estrutura, atividades e ações relacionados à gestão dos recursos hídricos e à implementação de sua Política.

Por ser um programa de âmbito nacional, as metas algumas vezes não conseguem avaliar as especificidades de cada estado que influenciam bastante no atendimento das mesmas a exemplo de: extensões territoriais (exemplo: mapeamento dos territórios em escalas de detalhe); variabilidade climática (exemplo: estados do semiárido com sérios problemas para outorga e enquadramento nos rios intermitentes); estados com muitos corpos de água de domínio da união; estados com recursos hídricos subterrâneos preponderantes, que são de dominialidade estadual, entre outros aspectos. Neste aspecto poderia se verificar a adequação de algumas metas, mesmo sabendo a dificuldade que isto seria para o Programa.

CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL

CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL

- Houve contribuição do Progestão para o fortalecimento do Conselho Estadual? De que forma?
 - ✓ Em virtude do Progestão, foi criado em 2015 um grupo de trabalho no âmbito do Conselho para avaliação da gestão de recursos hídricos pelo órgão gestor.
 - ✓ O acompanhamento das metas pactuadas no programa pelo Conselho, possibilitou uma avaliação integrada das ações de gestão de recursos hídricos.
- Na opinião do Conselho Estadual, o Progestão contribuiu para o fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos? De que forma?
 - ✓ Foi possível visualizar uma evolução nas ações de gestão de recursos hídricos, através da definição de metas a serem alcançadas pelos órgãos integrantes do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.
 - ✓ A vinculação dos repasses ao cumprimento das metas torna-se um estímulo importante para o desenvolvimento das ações de gestão de recursos hídricos.
- Outros aspectos considerados pertinentes!
 - ✓ A partir de 2016 a Câmara Técnica de Planos Programas e Projetos – CTPPP passou a ser responsável pelo acompanhamento e avaliação prévia das metas do Progestão, de forma a qualificar a análise do processo de aprovação das metas pelo CONERH.